



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

14ª Região - PARÁ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 14ª REGIÃO/PA
Administração Regional do Pará – CNPJ (MF) 02.873.120/0001-29
Endereço: Travessa Pirajá, 1955 - Marco - CEP 66.095-632
Belém - PA

1. Opinião adversa:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA – 14ª REGIÃO/PA, Administração Regional do Pará (CRTR/PA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, o balanço financeiro, balanço orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, caso haja, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião adversa”, as demonstrações contábeis acima referidas **não apresentam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA – 14ª REGIÃO/PA, Administração Regional do Pará (CRTR/PA)**, em 31 de dezembro de 2017, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para Opinião Adversa**2.1. Créditos a Receber em Curto Prazo (Saldo R\$ 967.371,73 C) - Erros em Lançamentos Contábeis**

Constatamos a **ausência de constituição das anuidades a receber no Balancete de acordo com o Lançamento da Receita (emissão dos boletos)**, constante na Proposta Orçamentária. O não reconhecimento do “Direito a Receber” no início do Exercício (através de um lançamento devedor na conta), fez com que o saldo apresentasse uma inversão na natureza da conta do Ativo, apresentando um saldo negativo, impactando diretamente no saldo total do Ativo.

2.2. Encargos Sociais sobre Folha a Recolher

Verificamos que não são realizados os lançamentos contábeis do reconhecimento das obrigações de Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento (INSS e PIS a Recolher), ou seja, não há a constituição do Passivo. Todavia os pagamentos vêm sendo contabilizados normalmente (por meio de movimentos devedores nas contas), gerando saldo devedor (R\$ 63.683,60 D) nas contas de Passivo, que possuem natureza estável Credora.

Relativamente as duas ressalvas anteriores, cumpre a nós esclarecer que: os contadores têm o dever de ofício de fazer a escrituração com probidade, vigilância e diligência. Erros podem ter várias origens, como os efeitos de desacerto matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, interpretações incorretas de atos e fatos. Além disto, um erro leva a um resultado não desejável, “inverdade patrimonial”, em relação às informações prestadas e contidas nos relatórios contábeis, motivo pelo qual devem ser corrigidas sempre que descobertas e a qualquer momento, para se restabelecer a situação de

verdade real de um patrimônio. A intenção do Contador que causou o erro, por força da Teoria da Limitação da Culpabilidade, é possível diante da ignorância, a caracterização de que não existiu a intenção de prejudicar e nem gerar um dano significativo à situação real do patrimônio, seja, pelo viés econômico, social ou financeiro.

Conforme Teoria das Contas, as contas subdividem em: i) Estáveis Devedoras; ii) Estáveis Credoras; e iii) Instáveis. As Estáveis Devedoras são as contas que obrigatoriamente sempre apresentam saldo devedor, por exemplo, “Bancos”, que têm natureza devedora, ou seja, os saldos das respectivas contas são considerados “positivos” quando são devedores. Ativo Negativo ou Credor é, na verdade, um passivo; na gíria contábil chamamos de “saldo virado”, portanto, uma conta de natureza Estável Devedora nunca poderá ter o “saldo virado”, porque contraria a teoria dos saldos das contas.

2.3. Empréstimos CONTER

Ao analisar a Demonstração das Variações Patrimoniais, observamos que a amortização da dívida (Despesa de Capital) com o CONTER, que na sua essência é um fato permutativo, está sendo lançada como uma Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) na conta 3.3.3.2.1.01.01.01.003 – Amortização Empréstimo CONTER, que integra o Grupo 3.3.3 Depreciação, Amortização e Exaustão, e destina-se a registrar o decréscimo no benefício de um bem durante o período contábil decorrente de depreciação, amortização e exaustão.

Tal incorreção de lançamento contábil gera a permanência indevida do saldo de R\$ 235.000,00 na conta do Passivo Circulante **2.1.2.1.1.01.01.01.001 CONTER**, ainda que a dívida esteja sendo amortizada pelo Regional, conforme comprovantes constantes no Processo Econômico nº 032/2017.

2.4. Inventário do Imobilizado

O regional não mensura, nem registra contabilmente a depreciação, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.5. Notas Explicativas

O Regional não atendeu completamente as informações de caráter contábil, em especial quanto à observância das normas aplicadas ao setor público, deixando de apresentar as Notas Explicativas, conforme disposto na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 as informações a serem apresentadas são Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, ou ainda prevista na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **CRTR/PA – 14º REGIÃO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **CRTR/PA – 14º REGIÃO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **CRTR/PA – 14º REGIÃO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **CRTR/PA – 14º REGIÃO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CRTR/PA – 14º REGIÃO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data

de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **CRTR/PA – 14º REGIÃO** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5. Outros Assuntos

5.1 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

5.1.2 Relatório de Gestão

A administração do **CRTR/PA – 14º REGIÃO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido, o Balanço enviado em conjunto com o Relatório de Gestão, contém erros contábeis levando a um resultado não desejável, “inverdade patrimonial”, em relação às informações prestadas e contidas nos relatórios contábeis, motivo pelo qual devem ser corrigidas, para se restabelecer a situação de verdade real de um patrimônio.

5.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas pelos mesmos auditores independentes.

Belém/PA, 20 de Setembro de 2018

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

GRC/PE 000150/O “S”PA


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PA
Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PA


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 “S”PA





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

14ª Região - PARÁ

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO
DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017**

Belém/PA, 24 de Outubro de 2018.

Aos Ilmos. Srs.

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 14ª REGIÃO/PA**

Administração Regional do Pará – CNPJ (MF) 02.873.120/0001-29

Endereço: Travessa Pirajá, 1955 - Marco - CEP 66.095-632

Belém - PA

Att.: Diretor Presidente

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRTR/PA acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2017, queremos:


Informar que nosso trabalho é composto por macroatividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 60%x40%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "3.4" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2018, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/0



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 14ª REGIÃO – CRTR/PA
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 14ª Região – CRTR/PA**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos meses de Setembro e Outubro de 2018, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

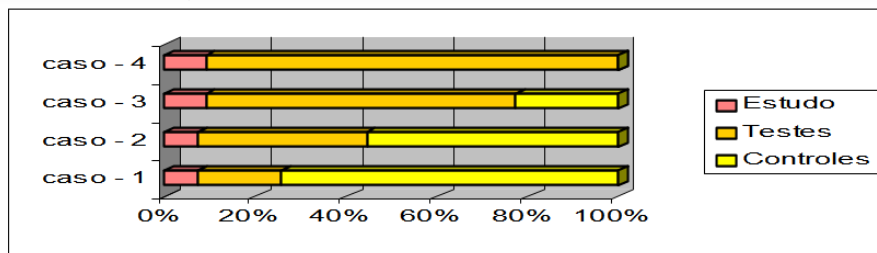
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

- **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

- **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.7 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2017 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando melhor elucidar as considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

Em razão de algumas contas patrimoniais encontrarem-se com “saldo virado”, o que será tratado adiante, a análise vertical do Balanço Patrimonial gerou índices distorcidos.

ATIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.197.106,90	93,42%	R\$ 1.805.211,13	95,63%	-R\$ 608.104,23	-33,69%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 16.289,01	1,36%	R\$ 15.295,24	0,85%	R\$ 993,77	6,50%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-R\$ 967.371,73	-80,81%	-R\$ 343.674,56	-19,04%	-R\$ 623.697,17	181,48%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$ 2.148.189,62	179,45%	R\$ 2.133.590,45	118,19%	R\$ 14.599,17	0,68%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 84.299,91	6,58%	R\$ 82.474,91	4,37%	R\$ 1.825,00	2,21%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	#DIV/0!
IMOBILIZADO		R\$ 84.299,91	100,00%	R\$ 82.474,91	100,00%	R\$ 1.825,00	2,21%
BENS MÓVEIS		R\$ 163.864,09	194,38%	R\$ 163.864,09	198,68%	R\$ 0,00	0,00%
BENS IMÓVEIS		R\$ 2.808,00	3,33%	R\$ 2.808,00	3,40%	R\$ 0,00	0,00%
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		-R\$ 82.372,18	-97,71%	-R\$ 84.197,18	-102,09%	-R\$ 1.825,00	-2,17%
TOTAL		R\$ 1.281.406,81	100,00%	R\$ 1.887.686,04	100,00%	-R\$ 606.279,23	-32,12%
PASSIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 267.252,45	14,00%	R\$ 314.433,96	16,66%	-R\$ 47.181,51	-15,01%
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST A PAGAR		-R\$ 20.116,93	-7,53%	R\$ 44.015,29	14,00%	-R\$ 64.132,22	-145,70%
EMPRÉSTIMOS E FINANÇ A CURTO PRAZO		R\$ 235.000,00	87,93%	R\$ 235.000,00	74,74%	R\$ 0,00	0,00%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR		R\$ 13.082,20	4,90%	R\$ 2.527,56	0,80%	R\$ 10.554,64	417,58%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		R\$ 6.132,93	2,29%	R\$ 127,46	0,04%	R\$ 6.005,47	4711,65%
PROVISÕES A CURTO PRAZO		R\$ 32.763,65	12,26%	R\$ 32.763,65	10,42%	R\$ 0,00	0,00%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		R\$ 390,60	0,15%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 390,60	#DIV/0!
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 40.967,10	13,29%	R\$ 40.967,10	2,17%	R\$ 0,00	0,00%
RESULTADO DIFERIDO		R\$ 40.967,10	13,29%	R\$ 40.967,10	11,53%	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 308.219,55	16,15%	R\$ 355.401,06	18,83%	-R\$ 47.181,51	-13,28%
PATRIMÔNIO SOCIAL		R\$ 36.356,05	1,90%	R\$ 36.356,05	1,93%	R\$ 0,00	0,00%
RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ 1.564.131,48	81,95%	R\$ 1.495.928,93	#DIV/0!	R\$ 68.202,55	4,56%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.600.487,53	83,85%	R\$ 1.532.284,98	81,17%	R\$ 68.202,55	4,45%
TOTAL		R\$ 1.908.707,08	100,00%	R\$ 1.887.686,04	100,00%	R\$ 21.021,04	1,11%

Conforme verificado acima, o total do Ativo não corresponde ao total do Passivo somado ao Patrimônio Líquido (equação básica do Balanço Patrimonial: A = P + PL), assunto que será abordado adiante.

1.2.7.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual negativa de **32,12%** nos Saldos do Ativo e positiva de **1,11%** verificada nos saldos do Passivo, que gerou uma inequação patrimonial resultando na diferença de R\$ 627.300,27 entre os saldos contábeis credores e devedores.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

ATIVO	Variação 2016 x 2017		Risco por Relevância Horizontal	
	Especificação	R\$		A/H
ATIVO CIRCULANTE		-R\$ 608.104,23	-33,69%	ALTO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 993,77	6,50%	BAIXO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-R\$ 623.697,17	181,48%	ALTO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$ 14.599,17	0,68%	BAIXO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 1.825,00	2,21%	BAIXO
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	#DIV/0!	INEXISTENTE
IMOBILIZADO		R\$ 1.825,00	2,21%	BAIXO
BENS MÓVEIS		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
BENS IMÓVEIS		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		-R\$ 1.825,00	-2,17%	BAIXO
TOTAL		-R\$ 606.279,23	-32,12%	ALTO
PASSIVO	Variação 2016 x 2017		Risco por Relevância Horizontal	
	Especificação	R\$		A/H
PASSIVO CIRCULANTE		-R\$ 47.181,51	-15,01%	RELATIVO
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR		-R\$ 64.132,22	-145,70%	ALTO
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR		R\$ 10.554,64	417,58%	ALTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		R\$ 6.005,47	4711,65%	ALTO
PROVISÕES A CURTO PRAZO		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		R\$ 390,60	#DIV/0!	ALTO
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
RESULTADO DIFERIDO		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
TOTAL DO PASSIVO		-R\$ 47.181,51	-13,28%	RELATIVO
PATRIMÔNIO SOCIAL		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ 68.202,55	4,56%	BAIXO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 68.202,55	4,45%	BAIXO
TOTAL		R\$ 21.021,04	1,11%	BAIXO

1.2.7.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS		Risco por Relevância Vertical	
	Especificação	Exercício Atual		A/V
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.197.106,90	93,42%	ALTO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 16.289,01	1,27%	BAIXO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-R\$ 967.371,73	-75,49%	ALTO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$ 2.148.189,62	167,64%	ALTO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 84.299,91	6,58%	BAIXO
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
IMOBILIZADO		R\$ 84.299,91	6,58%	BAIXO
BENS MÓVEIS		R\$ 163.864,09	12,79%	RELATIVO
BENS IMÓVEIS		R\$ 2.808,00	0,22%	BAIXO
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		-R\$ 82.372,18	-6,43%	BAIXO
TOTAL		R\$ 1.281.406,81	100,00%	-
PASSIVO	SALDOS		Risco por Relevância Vertical	
	Especificação	Exercício Atual		A/V
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 267.252,45	86,71%	ALTO
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR		-R\$ 20.116,93	-6,53%	BAIXO
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO		R\$ 235.000,00	76,24%	ALTO
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR		R\$ 13.082,20	4,24%	BAIXO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		R\$ 6.132,93	1,99%	BAIXO
PROVISÕES A CURTO PRAZO		R\$ 32.763,65	10,63%	BAIXO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		R\$ 390,60	0,13%	BAIXO
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 40.967,10	13,29%	RELATIVO
RESULTADO DIFERIDO		R\$ 40.967,10	13,29%	RELATIVO
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 308.219,55	16,15%	RELATIVO
PATRIMÔNIO SOCIAL		R\$ 36.356,05	1,90%	BAIXO
RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ 1.564.131,48	81,95%	ALTO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.600.487,53	83,85%	ALTO
TOTAL		R\$ 1.908.707,08	100,00%	-

1.2.7.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO	Risco por Relevância Horizontal	Risco por Relevância Vertical
Especificação		
ATIVO CIRCULANTE	<i>ALTO</i>	<i>ALTO</i>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>ALTO</i>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	<i>BAIXO</i>	<i>ALTO</i>
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<i>INEXISTENTE</i>	<i>INEXISTENTE</i>
IMOBILIZADO	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
BENS MÓVEIS	<i>INEXISTENTE</i>	<i>RELATIVO</i>
BENS IMÓVEIS	<i>INEXISTENTE</i>	<i>BAIXO</i>
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
TOTAL	<i>ALTO</i>	<i>-</i>
PASSIVO	Risco por Relevância Horizontal	Risco por Relevância Vertical
Especificação		
PASSIVO CIRCULANTE	<i>RELATIVO</i>	<i>ALTO</i>
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	<i>INEXISTENTE</i>	<i>ALTO</i>
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
PROVISÕES A CURTO PRAZO	<i>INEXISTENTE</i>	<i>BAIXO</i>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<i>INEXISTENTE</i>	<i>RELATIVO</i>
RESULTADO DIFERIDO	<i>INEXISTENTE</i>	<i>RELATIVO</i>
TOTAL DO PASSIVO	<i>RELATIVO</i>	<i>RELATIVO</i>
PATRIMÔNIO SOCIAL	<i>INEXISTENTE</i>	<i>BAIXO</i>
RESULTADOS ACUMULADOS	<i>BAIXO</i>	<i>ALTO</i>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>BAIXO</i>	<i>ALTO</i>
TOTAL	<i>BAIXO</i>	<i>-</i>

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2. ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 011/2018, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

2.1. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Para o exercício de 2017, o orçamento foi inicialmente aprovado com equilíbrio orçamentário entre as Receitas e Despesas, tendo sido estimado em R\$ 1.216.141,82, não obstante tenham sido realizadas reformulações orçamentárias, gerando o seguinte resultado orçamentário:

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITAS REALIZADAS	DESCRIÇÃO	DESPEZA FIXADA	DESPEAS EXECUTADAS	RESULTADO
Receitas Correntes	R\$ 1.125.126,21	R\$ 623.697,17	Despesas Correntes	R\$ 921.265,81	R\$ 900.339,74	-R\$ 276.642,57
Receitas De Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Despesas De Capital	R\$ 203.860,40	R\$ 30.874,20	-R\$ 30.874,20
TOTAL DA RECEITA	R\$ 1.125.126,21	R\$ 623.697,17	TOTAL DA DESPESA	R\$ 1.125.126,21	R\$ 931.213,94	-R\$ 307.516,77
					DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	-R\$ 307.516,77

Durante o Exercício, as receitas arrecadadas ficaram 45% abaixo do total da previsão atualizada para o ano, revelando uma **Insuficiência de Arrecadação de R\$ 501.429,04**, essa insuficiência se deve majoritariamente ao não recebimento de R\$ 351.952,46 de Receitas de Contribuições (Anuidades PF do Exercício), o que revela, uma capacidade ociosa do setor financeiro/cobrança da Autarquia, apontando para a necessidade de se implementar ferramentas que potencializem o resultado da gestão.

Da análise dos Relatórios Contábeis e de esclarecimentos realizados na visita de auditoria, constatamos que até 30 de setembro o CRTR/PA tinha suas cobranças operacionalizadas pela Caixa Econômica, que no repasse das Anuidades ao Regional já abatia o valor destinado ao CONTER (Cota-parte – 33,33%). A contabilidade, por sua vez, só reconhecia como receita arrecadada o valor que de fato ingressava nas contas do CR (deixando de atender, assim, ao Princípio do Orçamento Bruto) e continuou lançando as despesas com o repasse da cota parte. Essa rotina (reconhecer a despesa da cota parte mas não reconhecer a receita pelo valor bruto) gerou parte do desequilíbrio orçamentário constatado.

Ressaltamos o apontamento constante no Exame das Peças, registrado sob o Protocolo CONTER nº 1379/2018, relativo às análises das peças que compõem o processo correspondente ao Balancete de Verificação do CRTR/PA, referente ao mês de Janeiro de 2018, mas que se aplica ao exercício sob análise:

Receita: toda receita está sendo lançada no comparativo de Receita [Balanço Orçamentário] como Anuidade. É prudente que seja corrigido segregando cada ingresso conforme informações evidenciadas no Demonstrativo de Cota Parte. Pois para fins de prestação de contas entende-se que tudo o que for classificado como Anuidade incide Cota Parte. (Grifo Nosso)

As despesas executadas durante o exercício de 2017 ficaram 18% abaixo das despesas originalmente fixadas para o ano, resultando em uma economia de despesa de R\$ 193.912,27. Ainda que tenha havido essa economia de despesa, o total da despesa realizada (empenhada) foi de R\$ 931.213,94,

sendo que a Arrecadação da Receita ficou restrita a R\$ 623.697,17, gerando um **Déficit Orçamentário de R\$ 307.516,77**, sem que houvesse a indicação da fonte utilizada para cobrir esse desequilíbrio orçamentário.

Verificamos, no Balanço Orçamentário, que o total de Despesas Pagas nas Contas **6.2.2.1.1.33.90.30.096 - Suprimento de Fundos** e **6.2.2.1.1.33.90.49.001 - Auxílio Transporte**, superou o valor empenhado, indicando uma possível inversão nos estágios da Despesa, o que é taxativamente proibido conforme estabelece o Art. 60 da Lei 4.320/64.

Relativamente à estrutura do Balanço Orçamentário, verificamos que não está sendo elaborado o Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, conforme previsto nas Letra b) e c) do Capítulo 2, Parte V do MCASP 7ª Edição.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

Preliminarmente aos comentários específicos sobre cada grupo de contas, é necessário constar que **o Balanço Patrimonial do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Pará não está fechando**, ou seja, a equação patrimonial ($A = P + PL$) não está batendo.

Nas diligências procedidas, verificamos que há um potencial erro de parametrização do Sistema de Contabilidade, pois, como pode-se constatar no Balanço Patrimonial, os saldos da Conta **2.3.7.1.1.01.01.01.001 – Superávits ou Déficits do Exercício Corrente** não estão sendo agrupados nos grupos de níveis superiores à conta.

Ainda assim, nos causa estranheza que o Balanço Patrimonial tenha sido fechado e assinado nas condições apresentadas, sem que constasse nas Notas Explicativa nenhum tipo de esclarecimento acerca do assunto.

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **93,42%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação negativa de **R\$ 608.104,23** equivalentes a **33,69%** de diminuição em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.197.106,90	93,42%	R\$ 1.805.211,13	95,63%	-R\$ 608.104,23	-33,69%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 16.289,01	1,36%	R\$ 15.295,24	0,85%	R\$ 993,77	6,50%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-R\$ 967.371,73	-80,81%	-R\$ 343.674,56	-19,04%	-R\$ 623.697,17	181,48%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 2.148.189,62	179,45%	R\$ 2.133.590,45	118,19%	R\$ 14.599,17	0,68%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **1,36%** do total do disponível da Autarquia e relaciona-se com um incremento patrimonial de **0,85%**, recebendo, portanto, conforme Matriz de Risco aplicada, baixo risco pelo aspecto quantitativo.

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 4.905.718,66	61,77%	R\$ 3.859.331,84	56,81%	R\$ 1.046.386,82	27,11%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.135.136,24	43,52%	R\$ 1.691.776,42	43,84%	R\$ 443.359,82	26,21%

- **Controles Internos**

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil. Verificamos que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes de recebimentos avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são registradas nas conciliações bancárias.

- **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com o razão contábil.

Não procedemos a circularização dos saldos bancários, porque entendemos que a consulta on-line aos extratos da movimentação efetuada direto nos “sítios” dos bancos, e retroagindo nossa análise até 31/12/2017, inclusive, imprimindo a última folha do extrato na qual consta o saldo bancário registrado no balanço patrimonial como também a data de nossa consulta no rodapé da página, é tão segura e eficaz como evidência probante de consulta quanto a circularização/confirmação de saldo, e que devido à exiguidade de tempo e ao baixo índice de retorno de efetiva resposta, que a experiência anterior nos credencia a considerar e assim aplicar este procedimento alternativo que julgamos muito apropriado nas atuais circunstâncias.

- **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2017 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

- **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Caixa e Equivalentes são substanciados por meio dos inventários periódicos dos numerários e demais documentos de suporte dos fundos rotativos, e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **-80,81%** da exposição ativa e registra uma variação negativa de **R\$ 623.697,17**. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas às “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Física”.

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.197.106,90	93,42%	R\$ 1.805.211,13	95,63%	-R\$ 608.104,23	-33,69%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-R\$ 967.371,73	-80,81%	-R\$ 343.674,56	-19,04%	-R\$ 623.697,17	181,48%
Anuidades PF do Exercício	-R\$ 623.697,17	-52,10%	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 623.697,17	#DIV/0!
(-) Ajuste para Perdas de Créditos Tributários	-R\$ 343.674,56	-28,71%	-R\$ 343.674,56	-19,04%	R\$ 0,00	0,00%

- **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 e 2016, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

- **Constatações**

Conforme verifica-se na seção do Balanço Patrimonial acima transcrita, o saldo inicial (em 01/01/2017) da Conta **1.1.2.2.1.01.01.001 - Anuidade PF do Exercício** era de R\$ 0,00, e o saldo final em 2017 foi de R\$ 623.697,17C, sendo que não houve no período analisado movimento devedor na conta em tela. O que significa a **ausência de constituição da apropriação das anuidades a receber**.

Tais registros devem ocorrer levando em consideração a emissão dos boletos de cobrança e controlados mensalmente (conciliadas) devido aos cancelamentos e novas solicitações de registro profissional. O subsistema patrimonial obedece ao princípio da competência, de acordo com a Lei nº 4.320/64, Título IX – Da Contabilidade:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.

Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

- **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram insuficientes para salvaguardar tais ativos. Ao não reconhecer o “Direito a Receber” no início do Exercício (através de um lançamento devedor na conta), e realizar os lançamentos do

recebimento de anuidades, creditando a conta, o resultado foi uma inversão no saldo do Ativo, que tem natureza Devedora, o que compromete toda a informação contábil, uma vez que gera reflexos diretos e significativos no total do Ativo/Patrimônio da Autarquia.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Foi verificada a necessidade de reclassificação de parcela dos créditos a receber para o Ativo não Circulante, assim como a inscrição dos débitos que cumprem aos critérios para inscrição em Dívida Ativa (no valor de R\$ 2.133.590,45, registrado na conta **1.1.3.8.1.02.01.01.099 - Direitos a Receber**). Conforme orienta o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 7ª edição, no item 5.2.3:

Os créditos referentes à dívida ativa devem ser inicialmente registrados como dívida ativa do ativo não circulante, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito.

Constatamos, também, que não houve movimento na conta “Direitos a Receber” o que revela, a princípio, que não houve a transferência de saldos da conta Anuidades do Exercício a Receber para créditos a receber de exercícios anteriores (denominada “Direitos a Receber”), assim como não houve o registro do recebimento de tais créditos.

Recomenda-se realizar gestões para inscrever os valores que já atendam aos requisitos mínimos necessários em Dívida Ativa, que deve considerar também os valores de Atualização Monetária, Juros e Multas, conforme preconiza o § 2º do Art. 39 da Lei 4.320/64:

*Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e **respectivos adicionais e multas...** (grifo nosso)*

Há, ainda, a necessidade de constituir uma conta redutora que registre Ajuste para possíveis perdas no recebimento de Créditos a Receber, sobre o assunto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público dispõe (Pag. 326):

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo.

A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

Este Manual não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança nos entes da Federação. Caberá a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

3.1.4 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Essa Conta compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

Foi verificado que o CRTR/PA contratou Seguro Imobiliário, no valor de R\$ 1.211,32, com vigência para o período de 20/03/2017 a 20/03/2018 (conforme apólice 0531 10 1928398), reconhecendo o valor integralmente como VPD no momento do pagamento. A boa prática contábil recomenda que as VPD pagas antecipadamente sejam ativadas e que a despesa seja reconhecida na medida da sua realização, seguindo o regime de competência.

3.1.5 ADIANTAMENTOS DE VIAGENS

Constatamos a permanência de saldo (R\$ 14.600,00) na conta Adiantamentos de Viagens, que apesar de terem sido apresentadas as prestações de contas relativas aos Adiantamentos concedidos, os valores não foram baixados na Contabilidade.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **6,58%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 1.825,00** equivalentes a um percentual de **2,21%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 84.299,91	6,58%	R\$ 82.474,91	4,37%	R\$ 1.825,00	2,21%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	#DIV/0!
IMOBILIZADO	R\$ 84.299,91	6,58%	R\$ 82.474,91	4,37%	R\$ 1.825,00	2,21%
BENS MÓVEIS	R\$ 163.864,09	12,79%	R\$ 163.864,09	8,68%	R\$ 0,00	0,00%
BENS IMÓVEIS	R\$ 2.808,00	0,22%	R\$ 2.808,00	0,15%	R\$ 0,00	0,00%
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-R\$ 82.372,18	-6,43%	-R\$ 84.197,18	-4,46%	-R\$ 1.825,00	-2,17%
TOTAL	R\$ 1.281.406,81	100,00%	R\$ 1.887.686,04	100,00%	-R\$ 606.279,23	-32,12%

3.2.1 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Como já foi mencionado no item 3.1.2, há a necessidade de reclassificação da Dívida Ativa para este grupo.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **6,58%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **2,21%** das transações que compõem a variação positiva de **R\$ 1.825,00**, constatada no exercício sob exame, entretanto apresenta risco alto do ponto de vista qualitativo.

- **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo das contas, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

- **Constatações**

Foi realizado o inventário do Imobilizado (referente ao exercício de 2017) por meio de Comissão Inventariante de Patrimônio, conforme Portaria CRTR 14ª Região Nº 009, de 22 de agosto de 2018.

a. Na contabilidade, o Imobilizado do Conselho é composto pelas seguintes contas:

1.2.3 – IMOBILIZADO

1.2.3.1 – Bens Móveis

1.2.3.1.1.01.01.01.001 – Mobiliário em Geral.....R\$ 163.864,09

1.2.3.2 Bens Imóveis

1.2.3.2.1.01.01.01.099 – Outros Bens Imóveis..... R\$ 2.808,00

b. Conforme resultados do trabalho realizado pela Comissão Inventariante (Processo 009/2018), foram constatados itens de Imobilizado que se enquadram em outros grupos de Bens Móveis (Veículos, Máquinas e Equipamentos, Equipamentos de Processamentos de Dados, etc.) que não Mobiliário em Geral (conforme encontra-se exclusivamente registrado na contabilidade), listamos abaixo alguns desses itens indevidamente classificados como Mobiliário Geral:

- Apple Ipad 4G de 16Gb
- Scanner Plustek Mobile S400
- Computador ASUS Proce Dual Core
- Impressora EPSON C-67 JT Color
- Estabilizador ENERMAX
- Fogão 2 Bocas Esmaltec
- Forno Microondas
- Split Parede 18.000 BTUs MIDEA
- Cobalt LS 1.4 Econoflex

c. Constatamos que a soma dos valores totais constantes nos Relatórios de Bens por Localização (R\$ 144.188,37), não corresponde ao valor total dos itens registrado na Tabela de Depreciação dos Bens Patrimoniais, que é R\$ 155.714,72, e que ambos os valores não condizem com o saldo constante na conta Bens Móveis do Balanço Patrimonial, que é R\$ 163.864,09.

d. Verificamos que não houve, no exercício, nenhuma movimentação nas Contas do Imobilizado, o que nos mostra, a princípio, que não houve aquisição ou baixa de Bens Móveis. Entretanto, consta no Balanço Orçamentário, no Campo Despesas de Capital – Investimento, as quantias de despesas executadas de R\$ 1.825,00 (Mobiliários em Geral) e R\$ 747,12 (Aparelhos e Utensílios de Copa), que necessariamente ensejam o incremento patrimonial, por serem Despesas de Capital – Investimentos.

e. Em relação ao mencionado no item anterior, analisamos um lançamento à Débito da Conta **1.2.3.8.1.01.01.01.001 Mobiliário em Geral**, no valor de R\$ 1.825,00 que provavelmente corresponde à aquisição do Material Permanente citado anteriormente, ocorre que esta conta refere-se à Depreciação Acumulada (integra o grupo **1.2.3.8 - Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas**), que é conta retificadora do Ativo e, por isso, tem natureza credora, tratando-se, assim, de lançamento contábil incorreto.

f. Ademais, verificamos que não foram registradas na Conta Depreciação Acumulada, as Depreciações dos Itens do Imobilizado no período sob análise, embora na Tabela de Depreciação dos Bens Patrimoniais tenha sido evidenciado um total de Depreciação Acumulada de R\$ 45.276,05.

- **Opinião**

Recomenda-se envidar esforços para registrar as depreciações com base no estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS ÀS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **14%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação negativa de **R\$ 47.181,51**, equivalentes a uma diminuição de **15%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 267.252,45	14,00%	R\$ 314.433,96	16,66%	-R\$ 47.181,51	-15,01%
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	-R\$ 20.116,93	-7,53%	R\$ 44.015,29	14,00%	-R\$ 64.132,22	-145,70%
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	R\$ 235.000,00	87,93%	R\$ 235.000,00	74,74%	R\$ 0,00	0,00%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	R\$ 13.082,20	4,90%	R\$ 2.527,56	0,80%	R\$ 10.554,64	417,58%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 6.132,93	2,29%	R\$ 127,46	0,04%	R\$ 6.005,47	4711,65%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 32.763,65	12,26%	R\$ 32.763,65	10,42%	R\$ 0,00	0,00%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 390,60	0,15%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 390,60	#DIV/0!

4.1.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Folha de Pagamento e Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRTR/PA. Em 31/12/2017 essa conta apresenta um saldo invertido (devedor) de R\$ 20.116,93, que refere-se aos lançamentos à crédito das contas INSS a Recolher e PIS a Recolher sem que fosse realizado o lançamento anterior das provisões para tais pagamentos.

- **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social – GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

- **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

Constatamos que não são realizados os lançamentos contábeis do reconhecimento das obrigações de Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento (INSS e PIS a Recolher), ou seja, não há a constituição do Passivo. Todavia os pagamentos vêm sendo contabilizados normalmente (por meio de movimentos devedores nas contas), gerando saldo devedor (R\$ 63.683,60 D) nas contas de Passivo, que possuem natureza estável Credora.

Foi constatado que o CRTR/PA não realiza a contabilização das Provisões com Férias e 13º Salário sobre a Folha de Pagamento. A Provisão, nesse sentido, é a reserva de dotação para cobrir despesas que já tiveram seu fato gerador consumado, todavia ainda não se sabe se será ou quando será realizado o desembolso.

- **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente, todavia, os registros contábeis carecem de melhorias, a fim de refletirem com fidedignidade a realidade patrimonial do Conselho.

O fato gerador das Férias e do 13º Salário é o próprio período aquisitivo, destarte necessário se faz a constituição da Provisão, visando reservar caixa para cobrir tais despesas.

4.1.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

- **Constatações**

Foi verificado a permanência do saldo de R\$ 235.000,00 na conta **2.1.2.1.1.01.01.001 CONTER** sem movimentação no período, todavia, ao analisar o Balanço Orçamentário do Conselho, constatamos a execução de R\$ 28.302,08 de Despesas de Capital – Amortização da Dívida.

A fim de obter evidências de auditoria suficientes para dar suporte documental aos devidos registros contábeis e conseqüentemente à opinião dos Auditores acerca das Demonstrações Contábeis do CRTR/PA, buscamos no Processo Econômico nº 032/2017 os registros de Pagamentos relativos à amortização do empréstimo do CRTR/PA junto ao CONTER.

Encontramos, no processo da despesa acima mencionado, comprovantes de pagamentos relativos ao Empréstimo contraído (Cheques nº 308182, de 20/04/17 e nº 308183, de 19/05/17, ambos no valor de R\$ 14.151,04).

- **Opinião**

Ao analisar a Demonstração das Variações Patrimoniais, observamos que a amortização da dívida com o CONTER (que na sua essência é um fato permutativo) está sendo lançada como uma Variação Patrimonial Quantitativa Diminutiva (Despesa) na conta **3.3.3.2.1.01.01.003 – Amortização Empréstimo CONTER**, que integra o Grupo **3.3.3 Depreciação, Amortização e Exaustão**, e destina-se a registrar o decréscimo no benefício de um bem durante o período contábil decorrente de depreciação, amortização e exaustão.

Do exposto acima, é possível afirmar que os lançamentos contábeis não estão sendo realizados com tempestividade e oportunidade, fato que nos impossibilita a asseverar que as Demonstrações Contábeis representam de maneira fidedigna a situação Econômico-financeira e Patrimonial do CRTR/PA.

4.1.3 PROVISÕES A CURTO PRAZO

- **Constatações**

Constatamos o saldo de R\$ 32.763,65 registrado na conta **Provisão para Ações Trabalhistas a Curto Prazo** sem movimento no período.

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

- ✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos ao Setor Jurídico que informe em um relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

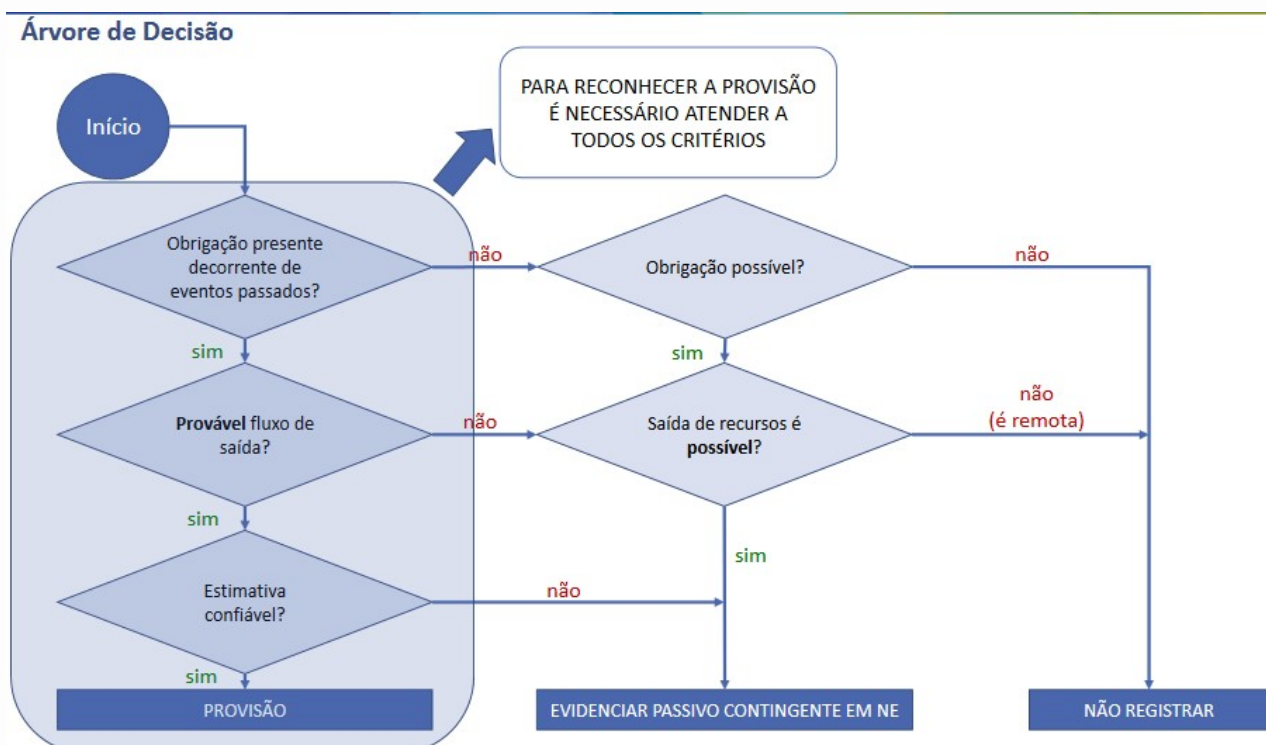
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



- **Opinião**

Em relação à Provisão para Ações Trabalhistas, segundo Relatório obtido junto à Assessoria Jurídica do Conselho, em 31 de dezembro de 2017 não existiam demandas judiciais em que o CRTR/PA figurasse como réu e que haja provável desfecho desfavorável em desfavor da Autarquia. O que ensejaria, portanto, a reversão da provisão.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **93,99%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **17,88%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 7.464.422,91	93,99%	R\$ 6.332.247,16	93,22%	R\$ 1.132.175,75	17,88%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 7.464.422,91	93,99%	R\$ 6.332.247,16	93,22%	R\$ 1.132.175,75	17,88%
TOTAL	R\$ 7.942.037,77	100,00%	R\$ 6.793.016,92	100,00%	R\$ 1.149.020,85	16,91%

- **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

Verificamos movimentação na Conta Ajustes de Exercícios Anteriores que não atendem aos critérios para contabilização como Exercícios Anteriores (decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior), que em todo caso enseja a constituição de Notas Explicativas, conforme preconiza a Letra h, do inciso IV, § 5º do Artigo 176 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.941/09.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Foram concedidos, no exercício sob análise, 12 Suprimentos de Fundos no valor total de R\$ 2.400,00. Selecionamos uma amostra de 06 Processos de Prestação de Contas, a fim de testar se os controles internos relativos aos processos são suficientes.

- **Procedimentos de Auditoria**

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2017.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRTR/PA e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

a) Observância dos Prazos;

Obs.: Sem Observações

b) Análise dos Comprovantes;

Obs.: Sem Observações

c) Análise das Formalidades;

Obs.: Sem Observações

- **Opinião**

Foi constatado que os Suprimentos de Fundos aplicados pelos Agentes Supridos, se destinam, em sua grande maioria, a cobrir despesas de pequeno vulto, todavia as despesas realizadas não se revestiram do caráter da excepcionalidade previsto no *caput* do Art. 45 do Decreto nº 93.873/86. Ou seja, eram previsíveis e passíveis de planejamento, e que poderiam ter sido submetidas ao processo normal de aplicação da despesa.

Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico (<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/orientacoes-aos-gestores/>) uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras dos agentes da administração em relação ao assunto.

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- **Órgãos Colegiados**

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

- **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

- **Procedimentos de Auditoria**

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;

- Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
 - Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
 - PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
 - PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
 - PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.
-
- **Integridade/Segurança**
A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.
 - **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRTR/PA, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Não foram realizadas licitações no exercício de 2017.

9. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 24 (vinte e quatro) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CRTR/PA – 14ª REGIÃO** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Belém/PA, 24 de Outubro de 2018.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

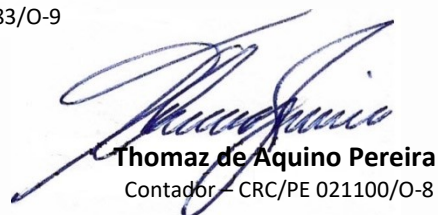
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2


Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br